

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Referentes ao
Semestre Findo em 30 de Junho de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes 1 - 4

Balancos Patrimoniais do Consolidado Prudencial 5 - 6

Demonstrações do Resultado do Consolidado Prudencial 7

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do
Consolidado Prudencial 8

Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Consolidado Prudencial 9

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas 10-29

Relatório da Administração

(em milhares de Reais)

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. encerradas em 30 de junho de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Essas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

Desempenho das Atividades

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apresentou prejuízo de R\$ 6.984, motivado principalmente pelo complemento de provisões para cobrir perdas com instrumentos de dívida a receber e créditos inadimplentes (vide notas explicativas nºs 8 "b" e 8 "c").

O patrimônio líquido atingiu R\$ 514.789 ao final do semestre, após considerar o resultado do semestre. O índice de adequação do capital, instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil, atingiu 17,7% ao final do semestre no "Conglomerado Prudencial", superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil.

O ativo total alcançou R\$ 5.742.037 ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez, as carteiras de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 4.894.814 correspondente a 85,2% dos ativos totais.

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.955.284, correspondente a 51,5% dos ativos totais. Representada por 89,4% em títulos públicos e 10,6% em títulos de emissão privada. Esses títulos foram classificados nas seguintes categorias: 75,8% em "títulos para negociação", 20,4% em "títulos disponíveis para venda" e 3,8% em "títulos mantidos até o vencimento", em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira em mantê-los até o vencimento. A posição de liquidez do Conglomerado, representada pela carteira de títulos livres, atingiu R\$ 882.301, correspondente a 1,7 vezes o patrimônio líquido final.

A carteira de crédito atingiu o saldo de R\$ 354.418 ao final do período. Essa carteira, incluindo as fianças prestadas no montante de R\$ 249.714, atingiu o saldo de R\$ 604.132 ao final do período. Dessa carteira de crédito, 70,1% das operações foram classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil. As parcelas vencidas totalizaram R\$ 7.963 correspondente a 2,2% da carteira. A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 30.772, correspondente 8,7% da carteira de crédito.

Os recursos captados totalizaram R\$ 4.833.471 ao final do período, sendo representados por: R\$ 122.222 em depósitos interfinanceiros; R\$ 640.777 em depósitos a prazo; R\$ 3.441.387 em captações no mercado aberto; R\$ 211.348 em repasses do BNDES e R\$ 417.737 em letras financeiras e certificados de operações estruturadas.

Agradecimentos

É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos funcionários, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

São Paulo, 29 de agosto de 2018.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Banco") e de suas controladas (daqui em diante referidos em conjunto como "Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/13, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e de acordo com as regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" às demonstrações financeiras consolidadas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. e de suas controladas em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e de acordo com as regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 3 às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e as regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações em 29 de agosto de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13 do CMN e com as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e cujas práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e com as regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 ("Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais"), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Consolidado para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Consolidado e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Balanços Patrimoniais Consolidados Prudencial

em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30.06.2018	30.06.2017
Circulante		4.316.115	4.496.850
Disponibilidades	4	25.946	9.010
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.809.967	1.896.594
Aplicações no mercado aberto	5	1.809.967	1.637.898
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	258.696
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		2.292.649	2.435.492
Carteira própria	6 a	636.739	275.676
Vinculados a compromissos de recompra	6 a	1.382.758	1.652.717
Vinculados à prestação de garantias	6 a	239.569	472.124
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	33.583	34.975
Operações de crédito		98.610	75.544
Operações de crédito - Setor privado	8 a	124.275	100.572
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	8 b	(25.665)	(25.028)
Outros créditos		84.513	73.796
Créditos por avais e fianças honrados	8 a	-	33.763
Rendas a receber		4.194	4.751
Negociação e intermediação de valores	9 a	26.654	17.016
Diversos	9 b	53.665	41.900
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8 b	-	(23.634)
Outros valores e bens		4.430	6.414
Despesas antecipadas		4.430	6.414
Realizável a longo prazo		1.399.079	1.601.817
Aplicações interfinanceiras de liquidez		83.185	56.266
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	83.185	56.266
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		709.013	909.311
Carteira própria	6 a	245.562	218.770
Vinculados a compromissos de recompra	6 a	444.958	151.681
Vinculados à prestação de garantias	6 a	5.698	212.425
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	12.795	326.435
Operações de crédito		201.669	295.066
Operações de crédito - Setor privado	8 a	206.540	313.922
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 b	(4.871)	(18.856)
Outros créditos		400.244	334.484
Rendas a receber		230	3.535
Diversos	9 b	400.250	331.151
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	8 b	(236)	(202)
Outros valores e bens		4.968	6.690
Outros Valores e Bens		4.306	4.306
Despesas antecipadas		662	2.384
Permanente		26.843	31.576
Investimentos		9.297	9.979
Outros investimentos		9.297	9.979
Imobilizado de uso		9.362	11.901
Imóveis de uso		3	3
Outras imobilizações de uso		17.370	19.257
Depreciações acumuladas		(8.011)	(7.359)
Intangível		8.184	9.696
Ativos intangíveis		10.721	11.224
Amortização acumulada		(2.537)	(1.528)
Total do ativo		5.742.037	6.130.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.
Balancos Patrimoniais Consolidados Prudencial
em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30.06.2018	30.06.2017
Circulante		3.993.699	4.374.520
Depósitos		489.309	987.036
Depósitos interfinanceiros	10 a	122.222	173.388
Depósitos a prazo	10 a	367.087	813.648
Captações no mercado aberto		3.369.611	3.265.663
Carteira própria	10 a	1.635.973	1.665.448
Carteira livre movimentação	10 a	1.733.638	1.600.215
Recursos de aceites e emissão de títulos		61.012	40.514
Recursos de letras financeiras, crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário	10 a	59.755	31.984
Certificados de Operações Estruturadas	10 a	1.257	8.530
Relações interdependências		1	-
Recursos em trânsito de terceiros		1	-
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		20.691	25.583
BNDES	10 a	17.938	17.433
FINAME	10 a	2.753	8.150
Instrumentos financeiros derivativos		19.500	15.778
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	19.500	15.778
Outras obrigações		33.575	39.946
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5	23
Sociais e estatutárias		9.960	9.960
Fiscais e previdenciárias	9 c	9.008	16.089
Negociação e intermediação de valores	9 d	4.974	2.981
Diversas	9 e	9.628	10.893
Exigível a longo prazo		1.232.917	1.179.662
Depósitos		273.690	584.076
Depósitos interfinanceiros	10 a	-	253.299
Depósitos a prazo	10 a	273.690	330.777
Captações no mercado aberto		71.776	86.789
Carteira própria	10 a	71.776	86.789
Recursos de aceites e emissão de títulos		356.725	59.077
Recursos de letras financeiras, de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário	10 a	356.725	59.077
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		190.657	210.519
BNDES	10 a	190.657	207.716
FINAME	10 a	-	2.803
Instrumentos financeiros derivativos		174.566	61.058
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	174.566	61.058
Outras obrigações		165.503	178.143
Fiscais e previdenciárias	9 c	20.512	26.876
Diversas	9 e	144.991	151.267
Resultado de exercícios futuros		632	532
Rendas antecipadas		632	532
Patrimônio líquido		514.789	575.529
Capital - De domiciliados no País	11 a	420.000	420.000
Reservas de lucros		203.504	203.504
Ajustes de avaliação patrimonial		(6.849)	(5.403)
Prejuízos acumulados		(101.866)	(42.572)
Total do passivo		5.742.037	6.130.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.
Demonstrações Consolidadas do Resultado Prudencial
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	1º semestre 2018	1º semestre 2017
Receitas da intermediação financeira		567.327	506.687
Operações de crédito		20.102	26.004
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		628.661	369.245
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(81.217)	109.295
Resultado de operações de câmbio		(219)	2.143
Despesas da intermediação financeira		(649.659)	(537.587)
Operações de captação no mercado		(637.495)	(477.042)
Operações de empréstimos e repasses		(8.413)	(9.609)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 c	(3.751)	(50.936)
Resultado bruto da intermediação financeira		(82.332)	(30.900)
Outras receitas/despesas operacionais		22.670	(45.930)
Receitas de prestação de serviços	16 b	15.477	7.978
Despesas de pessoal	16 c	(24.359)	(38.794)
Outras despesas administrativas	16 d	(12.674)	(17.508)
Despesas tributárias	16 e	(5.435)	(3.638)
Outras receitas operacionais	16 f	58.255	6.703
Outras despesas operacionais	16 g	(8.594)	(671)
Resultado operacional		(59.662)	(76.830)
Resultado não operacional		(439)	10
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(60.101)	(76.820)
Imposto de renda e contribuição social		53.117	38.306
Provisão para imposto de renda	12 a	1.874	912
Provisão para contribuição social	12 a	(150)	2.629
Ativo fiscal diferido	12 a	51.393	34.765
Participações no lucro		-	(1.579)
Prejuízo do semestre		(6.984)	(40.093)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Para Expansão			
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018		420.000	31.043	172.461	(376)	(94.882)	528.246
Outros Eventos:							
. Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	6 b	-	-	-	(8.396)	-	(8.396)
. Outros eventos		-	-	-	1.923	-	1.923
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(6.984)	(6.984)
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2018		420.000	31.043	172.461	(6.849)	(101.866)	514.789
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2017		420.000	31.043	172.461	(2.195)	-	621.309
. Ajustes de exercícios anteriores	9.f	-	-	-	-	(2.479)	(2.479)
Outros Eventos:							
. Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	6 b	-	-	-	(3.208)	-	(3.208)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(40.093)	(40.093)
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2017		420.000	31.043	172.461	(5.403)	(42.572)	575.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa Prudencial
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	1º semestre	1º semestre
	2018	2017
Atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(6.984)	(40.093)
Ajustes ao prejuízo	(18.525)	39.779
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.751	50.936
Depreciação e amortização	1.923	2.067
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(1.724)	(4.412)
Créditos Tributários	(51.393)	(35.099)
Outras provisões operacionais	21.088	26.287
Variação cambial de investimento no exterior	1.923	-
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	5.907	-
Variações em ativos e passivos	450.474	(864.856)
Redução (Aumento) em Aplicações interfinanceiras de liquidez	449.363	76.689
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(866.619)	1.609.390
Redução (Aumento) em Operações de crédito	24.996	42.813
Redução (Aumento) em Outros créditos	(27.831)	10.560
Redução (Aumento) em Outros valores e bens	192	3.377
Aumento (Redução) em Depósitos	(333.438)	(240.652)
Aumento (Redução) em Captações no mercado aberto	827.401	(2.292.358)
Aumento (Redução) em Recursos de aceites e emissão de títulos	305.354	13.573
Aumento (Redução) em Relações Interdependências	1	-
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	(12.542)	(8.541)
Aumento (Redução) em Instrumentos financeiros derivativos	83.199	(20.959)
Aumento (Redução) em Outras obrigações	5.070	(58.582)
Aumento (Redução) em Resultados de exercícios futuros	(152)	(166)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.520)	-
Caixa líquido originado/ (aplicado) em atividades operacionais	424.965	(865.170)
Atividades de investimentos		
Ajuste na avaliação de investimento	682	-
Aquisição de imobilizado de uso	(520)	(2.055)
Alienação de imobilizado de uso	247	205
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimento	409	(1.850)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(5.907)	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	419.467	(867.020)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	981.740	1.600.158
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.401.207	733.138
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	419.467	(867.020)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco) é uma empresa controlada direta do Haitong Bank S.A. (nova denominação social do Banco Espírito Santo de Investimento S.A.), com sede em Lisboa (Portugal), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação de instituições controladas (Corretora e Distribuidora), integrantes do sistema financeiro.

Como parte da estratégia de negócios, mantivemos as atividades do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. – Cayman Branch, cujos ativos totais e patrimônio líquido totalizavam US\$ 37.112 mil (2017 US\$ 129.877 mil) e US\$ 18.497 mil (2017 US\$ 97.747 mil), respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou BACEN para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco), sua dependência no exterior, empresas controladas e fundos de investimentos conforme requerido na Resolução nº 4.280/13.

Para a elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas. As demonstrações financeiras da dependência no exterior foram ajustadas às práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como, foram convertidas para reais de acordo com a taxa de câmbio da moeda local.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial estão expressas em milhares de reais e foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2018.

Destacamos as sociedades, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial:

	Atividade	% Participação	
		30.06.2018	30.06.2017
. Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	Banco de Investimento	Controlador	Controlador
. Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. - Cayman Branch	Banco de Investimento	100,00%	100,00%
. Haitong Securities do Brasil Corretora de C. V. M. S.A.	Corretora	100,00%	100,00%
. Haitong do Brasil Distribuidora de T. V. M. S.A.	Administradora de Ativos	100,00%	100,00%
. Haitong do Brasil Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%
. Haitong Negócios S.A.	Holding	100,00%	100,00%
. FIM TREASURY Crédito Privado	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
. Western Star Fund Ltd.	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

3. Resumo das principais práticas contábeis

- a. As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência.
- b. Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme determina a Circular BACEN n.º 3068 (vide nota n.º 6 “b”):
- b.1) Títulos para negociação:** adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- b.2) Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- b.3) Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão, quando aplicável, em contrapartida ao resultado.
- c. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com intuito de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e de taxas de juros, utilizando-se para tal dos instrumentos disponíveis na B3 e no mercado de balcão. Esses instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor de mercado, em conformidade com Circular BACEN n.º 3082 (vide nota n.º 7 “a”). Os instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros (itens objeto de hedge) são considerados como instrumentos de proteção (operação de hedge) e, quando da contratação da operação, são classificados na categoria “hedge de risco de mercado” (vide nota n.º 7 “c”). Adicionalmente, desde o início da operação e de maneira continuada, o Banco documenta se o instrumento de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor de mercado do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A operação de hedge é descontinuada quando o Banco cancela ou não se qualifica mais como hedge ou o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado. Os ganhos e perdas decorrentes das mudanças no valor de mercado dos instrumentos de hedge e dos itens objeto de hedge são registrados em contas de receitas e despesas no resultado.

- d. As operações de crédito foram classificadas de acordo com o julgamento da Administração em nove níveis de risco, levando em consideração a análise dos clientes e garantias, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99. Após 60 dias, as rendas das operações vencidas somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” (risco máximo), após 6 meses, são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682 (vide nota 8 “b”).
- e. Redução do valor recuperável (*impairment*) - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda.
- f. Ativo permanente: demonstrado pelo custo, combinado com os seguintes aspectos:
- Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
 - Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 20% para sistemas de processamento de dados e veículos e 10% para móveis e equipamentos.
 - Intangível, representados por direito de uso de softwares, sendo sua amortização calculada pelo método linear durante o prazo do contrato.
- g. Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos, quando aplicável.
- h. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 14), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3823/09, sendo:
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

- i. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15%, acrescidas de 10% acima de determinado limite, 15% até 31 de agosto de 2015, para empresas financeiras e 9% para empresas não financeiras; 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo (vide nota nº 12 “a” para IRPJ e CSLL). A Lei nº 13.169/15, alterou a Lei nº 7.689/88, elevando a alíquota da contribuição social para 20% referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas vigentes utilizadas para constituição de provisão (vide nota nº 12 “b”). Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
- j. Garantias financeiras prestadas: as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas foram avaliadas de acordo com a natureza da obrigação prestada, na experiência passada, nas expectativas futuras e na política de avaliação de risco da Administração. Essa avaliação é revista pelo menos semestralmente. A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada, sendo registrada em adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. A adoção desses procedimentos teve os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo o registro da provisão constituída sobre a aplicação inicial realizado em contrapartida à conta de lucros acumulados, “f pelo valor líquido dos efeitos tributários, de acordo com a Resolução CMN nº 4512 (vide nota nº 9”e”).
- k. As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, ambiente legal e de negócios, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc.. Essas estimativas são revistas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme a Resolução CMN nº 3604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
Disponibilidades	25.946	9.010
- Aplicações no Mercado Aberto - Posição bancada	8.448	8.380
- Aplicações no Mercado Aberto - Posição vendida	1.366.813	457.052
- Aplicações em Moeda Estrangeira	-	258.696
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Total	<u>1.375.261</u>	<u>724.128</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.401.207</u>	<u>733.138</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

					30.06.2018		30.06.2017	
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
- L.T.N.	8.064	10	-	-	8.074	8.074	12.607	12.603
- N.T.N.-B	384	-	-	-	384	384	-	-
- N.T.N.-F	-	-	-	-	-	-	1.357	1.356
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	8.448	10	-	-	8.458	8.458	13.964	13.959
- L.T.N.	637.316	334.393	-	-	971.709	971.709	291.924	291.451
- N.T.N.-B	30.900	-	-	-	30.900	30.900	111.227	111.198
- N.T.N.-F	698.597	100.303	-	-	798.900	798.900	1.220.783	1.219.265
Aplicações no mercado aberto - posição vendida	1.366.813	434.696	-	-	1.801.509	1.801.509	1.623.934	1.621.914
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	83.185	-	83.185	83.185	56.266	56.266
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	258.696	258.696
TOTAL 30.06.2018 - em R\$	1.375.261	434.706	83.185	-	1.893.152	1.893.152	-	-
- %	72,6%	23,0%	4,4%	0,0%	100,0%	-	-	-
TOTAL 30.06.2017 - em R\$	724.128	1.172.466	21.412	34.854	-	-	1.952.860	1.950.835
- %	37,1%	60,0%	1,1%	1,8%	-	-	100,0%	-

6. Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira

Títulos	30.06.2018			30.06.2017		
	Livres	Vinculadas	Total	Livres	Vinculadas	Total
L.F.T.	3.046	94.780	97.826	187.198	1.611.256	1.798.454
L.T.N.	220.665	360.670	581.335	92.768	491.995	584.763
N.T.N.-B	62.726	153.308	216.034	9.394	234.016	243.410
N.T.N.-F	420.268	1.325.151	1.745.419	6.018	-	6.018
Debêntures	141.117	44.312	185.429	135.811	35.758	171.569
Fundos de Investimentos	16.271	-	16.271	10.631	-	10.631
Aplicações em T.V.M. no exterior	18.208	94.762	112.970	17.228	115.922	133.150
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	3.601	-	3.601
Notas Promissórias	-	-	-	31.797	-	31.797
TOTAL	882.301	2.072.983	2.955.284	494.446	2.488.947	2.983.393

b. Classificação da carteira por categoria

Títulos	30.06.2018						30.06.2017			
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
L.F.T.	-	-	-	5.698	50.939	41.189	97.826	97.813	1.798.454	1.794.882
L.T.N.	-	-	-	1.747	349.868	-	351.615	351.326	528.098	525.366
N.T.N.-B	-	-	-	-	45.654	95	45.749	45.513	87.649	86.685
N.T.N.-F	-	-	-	129.948	309.560	1.305.911	1.745.419	1.723.073	6.018	5.928
Total - Negociação (b.1)	-	-	-	137.393	756.021	1.347.195	2.240.609	2.217.725	2.420.219	2.412.861
LTN	-	-	-	73.493	156.227	-	229.720	238.130	56.665	57.185
NTN-B	-	-	-	-	170.285	-	170.285	178.075	155.761	158.940
Debêntures	-	-	7.884	164.195	-	13.350	185.429	185.633	118.947	124.197
Fundos de Investimentos	16.271	-	-	-	-	-	16.271	16.271	10.631	10.631
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-	3.601	3.651
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	31.797	31.881
Total - Disponíveis para Venda (b.2)	16.271	-	7.884	237.688	326.512	13.350	601.705	618.109	377.402	386.485
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	52.622	52.622
Aplicações em T.V.M. no exterior	-	-	-	3.767	109.203	-	112.970	112.970	133.150	133.150
Total - Mantidos até o Vencimento (b.3)	-	-	-	3.767	109.203	-	112.970	112.970	185.772	185.772
TOTAL 30.06.2018 - em R\$	16.271	-	7.884	378.848	1.191.736	1.360.545	2.955.284	2.948.804	-	-
- %	0,6%	0,0%	0,3%	12,8%	40,3%	46,0%	100,0%	-	-	-
TOTAL 30.06.2017 - em R\$	63.253	34.896	11.003	234.154	1.161.356	1.478.731	-	-	2.983.393	2.985.118
- %	2,1%	1,2%	0,4%	7,8%	38,9%	49,6%	-	-	100,0%	-

O valor de mercado dos títulos em carteira baseia-se em coletas de preços junto ao mercado na data do balanço. Caso não haja liquidez ou cotação de preços para calcular o valor de mercado de determinado título, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação ou cotações de preços para títulos com características semelhantes.

- b.1.** “Títulos para negociação”: O ajuste positivo a valor de mercado dos títulos no montante de R\$ 22.884 (2017 R\$ 7.358), obtido entre os valores de custo de R\$ 2.217.725 (2017 R\$ 2.412.861) e de mercado R\$ 2.240.609 (2017 R\$ 2.420.219), foi registrado em conta adequada do resultado.
- b.2.** “Títulos disponíveis para venda”: O ajuste negativo a valor de mercado dos títulos no montante de R\$ 16.404 (2017 R\$ 9.083), obtido entre os valores de custo de R\$ 618.109 (2017 R\$ 386.485) e de mercado R\$ 601.705 (2017 R\$ 377.402), foi registrado em conta adequada de patrimônio líquido, líquido dos tributos.
- b.3.** “Títulos mantidos até o vencimento”: registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão para valor recuperável de R\$ zero (2017 R\$ 42.055), em contrapartida ao resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 108.901 (2017 R\$ 215.504).

7. Instrumentos financeiros derivativos

- a. Derivativos:* representados por operações de contratos futuros, a termo, opções e de swap, registrados na B3, na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços, conforme demonstrado abaixo:

	30.06.2018			30.06.2017		
	Valores de mercado		Valores de custo atualizados	Valores de mercado		Valores de custo atualizados
	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)
PRÉ	7.700	(832)	(918)	16.690	(1.737)	(1.741)
DI	1.910.667	(188.133)	(177.836)	1.901.631	284.196	333.440
DOLAR	1.187.167	41.596	39.670	559.178	8.467	7.291
LIBOR	-	-	-	18.220	(117)	(1)
Swaps	3.105.534	(147.369)	(139.084)	2.495.719	290.809	338.989
DOLAR	102.294	2.191	2.663	115.084	(5.683)	(4.842)
Termo de Moedas	102.294	2.191	2.663	115.084	(5.683)	(4.842)
AÇÕES	1.328	22	36	6.376	276	314
Compra de opção de compra	1.328	22	36	6.376	276	314
AÇÕES	456	3	7	4.717	9	36
Compra de opção de venda	456	3	7	4.717	9	36
DOLAR	19.599	(2.510)	(1.892)	9.161	(476)	(1.020)
AÇÕES	838	(22)	(80)	3.455	(271)	(460)
Venda de opção de compra	20.437	(2.532)	(1.972)	12.616	(747)	(1.480)
AÇÕES	384	(3)	(14)	4.217	(90)	(468)
Venda de opção de venda	384	(3)	(14)	4.217	(90)	(468)
TOTAL Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo - Passivo)	3.230.433	(147.688)	(138.364)	2.638.729	284.574	332.549
DDI	4.024.856	8.686	8.686	2.627.100	(1.288)	(1.288)
DI	13.553.765	(2.152)	(2.152)	9.190.533	6.067	6.067
DOLAR	855.521	(909)	(909)	1.359.907	(389)	(389)
Futuros - Compras e Vendas	18.434.142	5.625	5.625	13.177.540	4.390	4.390

Os prêmios/diferenciais a receber e a pagar das operações de opções, termo e swaps e os ajustes diários a receber e a pagar das operações de futuros estão ajustados ao seu valor de mercado e são registrados em contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” e de “Negociação e intermediação de valores”, respectivamente e, os valores de referência dessas operações registrados em contas de compensação.

Para a obtenção dos valores de mercado o Banco adotou os seguintes critérios: operações de Futuros utilizam-se cotações em bolsa, operações de Opções utilizam-se modelos próprios de precificação baseando-se em parâmetros de mercado e para operações a Termo e de *Swaps* estimam-se o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nos preços da B3.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada em razão da liquidação financeira diária. Os contratos de *Swaps* proporcionam risco de crédito no caso de a contraparte não ter a capacidade ou a disposição para cumprir suas obrigações contratuais. Em 30.06.2018 a exposição total de risco de crédito em *swaps* de que trata o art. 1º item III da Circular BACEN nº 2.770 totalizava R\$ 549.681 (2017 R\$ 744.786).

b. Composição dos instrumentos derivativos por prazos de vencimento:

	De 3 a 12		3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
	Até 90 dias	meses				
<i>Swaps (a)</i>	1.646	13.537	(162.552)	-	(147.369)	290.809
Termo de moedas (a)	352	(619)	2.458	-	2.191	(5.683)
Opções (a)	(238)	(596)	(1.676)	-	(2.510)	(552)
Total em 30.06.2018	1.760	12.322	(161.770)	-	(147.688)	-
Total em 30.06.2017	(910)	20.107	(6.220)	271.597	-	284.574
Futuros em 30.06.2018 (b)	6.289.869	1.187.814	8.261.106	1.384.867	1.310.486	18.434.142
Futuros em 30.06.2017 (b)	2.327.810	3.787.978	4.161.031	1.750.127	1.150.594	13.177.540

(a) valores de exposição líquida e (b) valores de referência

c. Derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado

Em 30.06.2018, o Banco não possuía operações de hedge contábil de risco de mercado. Em 2017, a operação de hedge existente tinha por objetivo compensar riscos da exposição à variação no valor de mercado entre a variação acumulada da taxa de juros DI e da taxa de juros pré-fixadas contratadas nas aplicações compromissadas:

Objeto de Hedge	Risco	Instrumento de Hedge	Valor de mercado		Variação no valor de mercado		30.06.2017
			Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	% Efetividade
Aplicações em compromissadas (a)	Pré	Futuros	1.616.545	1.629.519	13.985	14.099	99,2%

a) O ajuste positivo a valor de mercado das aplicações em compromissadas objeto de hedge totalizou R\$ 2.025 e encontra-se registrado no grupo de “Aplicações no mercado aberto” (vide nota 5)

8. Operações de crédito

Na data do balanço, a carteira de crédito atingiu 354.418 (2017 R\$ 468.448). Se incluído o saldo de R\$ 249.714 (2017 R\$ 259.629) de fianças prestadas, registradas em contas de compensação, a carteira totalizaria R\$ 604.132 (2017 R\$ 728.077).

a. Composição da carteira por atividade econômica e por prazos de vencimento

	Parcelas a Vencer					Parcelas vencidas	Total 30.06.2018	Total 30.06.2017
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	até 12 meses		
Empréstimos - Indústria	7.547	-	1.676	1.676	904	-	11.803	33.330
Empréstimos - Comércio	43	-	-	-	-	-	43	7.736
Empréstimos - Outros Serviços	-	59.707	-	-	-	7.963	67.670	93.913
Financiamentos - Indústria	3.248	8.135	20.297	17.757	95.376	-	144.813	183.846
Financiamentos - Outros Serviços	3.716	7.802	19.134	18.534	31.186	-	80.372	95.669
Financiamentos à exportação - Indústria	26.114	-	-	-	-	-	26.114	-
Total - Operações de Crédito	40.668	75.644	41.107	37.967	127.466	7.963	330.815	414.494
Fianças honradas - Outros Serviços	-	-	-	-	-	-	-	33.763
Créditos decorrentes de contratos de exportação - Indústria	25	-	-	2.358	21.220	-	23.603	20.191
Total - Outros Créditos - Diversos (nota 9''b'')	25	-	-	2.358	21.220	-	23.603	53.954
TOTAL em 30.06.2018 - R\$	40.693	75.644	41.107	40.325	148.686	7.963	354.418	-
- %	11,5%	21,3%	11,6%	11,4%	42,0%	2,2%	100,0%	-
TOTAL em 30.06.2017 - R\$	20.465	45.211	128.450	39.723	165.919	68.680	-	468.448
- %	4,4%	9,6%	27,4%	8,5%	35,4%	14,7%	-	100,0%

b. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2682 introduziu os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais baseiam-se em sistemas de avaliação de risco de clientes e operações. A seguir, demonstramos a composição da carteira de crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa mínima exigida nos correspondentes níveis de risco conforme estabelecido na referida Resolução:

Níveis de Risco		30.06.2018					30.06.2017				
		Saldo da Carteira			Provisão		Saldo da Carteira			Provisão	
		Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	Mínima Exigida	Contábil	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	-	70.615	-	70.615	-	-	91.668	-	91.668	-	-
A	0,5	153.204	-	153.204	766	766	191.275	-	191.275	956	1.040
B	1,0	24.610	-	24.610	246	246	20.191	-	20.191	202	202
C	3,0	-	-	-	-	-	29.606	-	29.606	888	1.480
D	10,0	26.113	-	26.113	2.612	2.612	15.929	-	15.929	1.593	1.593
E	30,0	71.913	-	71.913	21.574	21.574	51.100	-	51.100	15.330	15.330
G	70,0	-	7.963	7.963	5.574	5.574	-	68.679	68.679	48.075	48.075
TOTAL		346.455	7.963	354.418	30.772	30.772	399.769	68.679	468.448	67.045	67.720

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2017 a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizava R\$ 87.769, sendo movimentada no decorrer do semestre por: a) complemento R\$ 3.751 (2017 R\$ 50.936), b) baixa de operações de crédito R\$ 60.748 (2017 R\$ 1.903) e c) variação cambial negativa R\$ zero (2017 R\$ 3.436), atingindo o saldo final de R\$ 30.772, correspondente a 8,7% (2017 14,5%) da carteira de crédito. No decorrer dos exercícios de 2017 e 2016 não ocorreram recuperações de créditos e o saldo das operações renegociadas no primeiro semestre de 2018 totalizou R\$ zero (2017 R\$ 51.100).

d. Concentração da carteira de crédito (incluem fianças prestadas)

	30.06.2018		30.06.2017	
	Montante	%	Montante	%
. Maior devedor	139.544	23,1%	147.204	20,2%
. 10 maiores devedores	532.237	88,1%	596.029	81,9%
. 20 maiores devedores	601.334	99,5%	698.238	95,9%
. 50 maiores devedores	604.132	100,0%	728.077	100,0%
. Total da carteira	604.132	100,0%	728.077	100,0%

9. Outros créditos e outras obrigações

a. Outros créditos - Negociação e Intermediação de Valores (Ativo)

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
. Depósitos em garantia realizados em bancos no exterior	17.546	11.115
. Devedores - conta liquidações pendentes	9.108	5.875
. Operações de intermediação de swaps	-	26
TOTAL	<u>26.654</u>	<u>17.016</u>

b. Outros créditos - Diversos

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
. Créditos decorrentes de contratos de exportação (nota nº 8 "a")	23.603	20.191
. Créditos tributários (nota nº 12 "b")	270.582	184.021
. Devedores por depósitos em garantia (nota nº 13 "a" e "b")	144.849	150.241
. Impostos e contribuições a compensar	12.635	12.564
. Devedores diversos, adiantamentos e pagamentos a ressarcir	2.246	6.034
TOTAL	<u>453.915</u>	<u>373.051</u>

c. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
. Impostos e contribuições sobre lucros	1.706	253
. Impostos e contribuições a recolher	3.498	1.787
. Provisões para impostos e contribuições diferidas (nota nº 12 "b")	24.316	40.925
TOTAL	<u>29.520</u>	<u>42.965</u>

d. Outras obrigações - Negociação e Intermediação de Valores (Passivo)

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
. Comissões e corretagens a pagar	-	8
. Credores - conta liquidações pendentes	4.974	2.973
TOTAL	<u>4.974</u>	<u>2.981</u>

e. Outras obrigações - Diversas

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
. Provisão para pagamentos a efetuar	5.370	4.788
. Provisão para riscos de crédito e contraparte	588	937
. Credores diversos - País	1.080	1.507
. Provisão para contingências (nota nº 13 "a")	144.400	151.424
. Provisão para garantias financeiras prestadas	3.181	3.504
TOTAL	<u>154.619</u>	<u>162.160</u>

f. **Garantias financeiras prestadas:** A Resolução CMN nº 4512 de 28.07.2016 regulamentou sobre a avaliação de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas, bem como, sobre a constituição e registro de provisão suficiente para cobertura dessas prováveis perdas a serem aplicados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017. Em 31.12.2017 a provisão totalizava R\$ 3.500, sendo revertida contra o resultado a parcela de R\$ 319 atingindo o saldo final de R\$ 3.181, correspondente a 1,3% da carteira de fianças prestadas (R\$ 249.714).

10. Recursos captados

a. Composição da carteira por prazos de vencimento

						30.06.2018		30.06.2017	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
. Interfinanceiros (a)	102.700	19.522	-	-	-	122.222	122.222	426.687	426.687
. A Prazo (b)	223.038	144.049	273.690	-	-	640.777	640.777	1.144.425	1.144.425
Depósitos	325.738	163.571	273.690	-	-	762.999	762.999	1.571.112	1.571.112
Captações no mercado aberto	2.942.803	426.808	-	71.776	-	3.441.387	3.445.812	3.352.452	3.352.452
Certificados de Operações Estruturadas	-	1.257	-	-	-	1.257	1.257	8.530	8.530
Letras financeiras (c)	18.960	40.795	348.613	8.112	-	416.480	416.480	91.061	91.061
Obrigações p/Repasse (BNDES) (d)	5.571	12.367	38.483	36.292	115.882	208.595	208.595	225.149	225.149
Obrigações p/Repasse (FINAME) (d)	1.370	1.383	-	-	-	2.753	2.753	10.953	10.953
TOTAL em 30.06.2018 - R\$	3.294.442	646.181	660.786	116.180	115.882	4.833.471	4.837.896	-	-
- %	68,2%	13,4%	13,7%	2,4%	2,4%	100,0%	-	-	-
TOTAL em 30.06.2017 - R\$	2.316.051	2.002.745	429.575	366.878	144.008	-	-	5.259.257	5.259.257
- %	44,0%	38,1%	8,2%	7,0%	2,7%	-	-	100,0%	-

Em 30.06.2018, os recursos captados no País e no Exterior possuíam as seguintes características:

- Depósitos interfinanceiros com vencimentos até dezembro de 2018, indexados à variação do DI;
- Depósitos a prazo negociados a taxa prefixada até 19,06% a.a., com vencimentos até junho de 2020 e indexados à variação do DI com vencimentos até junho de 2020;
- Letras financeiras emitidas com vencimento até maio de 2023, basicamente indexados à variação do DI e IPCA; e
- Obrigações para repasses (BNDES) com vencimentos até março 2034 basicamente indexados à variação da TJLP acrescidos de juros até 2,3% a.a..

b. Concentração dos Depósitos (incluem depósitos interfinanceiros e a prazo)

	30.06.2018		30.06.2017	
	Montante	%	Montante	%
. Maior depositante	189.119	24,8%	312.526	19,9%
. 10 maiores depositantes	675.518	88,5%	1.315.010	83,7%
. 20 maiores depositantes	745.503	97,7%	1.431.483	91,1%
. 50 maiores depositantes	762.999	100,0%	1.517.833	96,6%
. Total de Depósitos	762.999	100,0%	1.571.112	100,0%

11. Patrimônio Líquido

- Capital Social:** o capital social de R\$ 420.000 é representado por 127.338.665 ações nominativas, sendo 63.669.344 ações ordinárias e 63.669.321 ações preferenciais, sem valor nominal.
- Dividendos:** o Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Para as ações preferenciais é atribuído um dividendo no mínimo 10% superior ao valor atribuído às ações ordinárias, conforme inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97.

Por conta dos prejuízos obtidos nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a Administração decidiu não distribuir dividendos.

- Reservas de Lucros:** A Reserva para Expansão é constituída com o objetivo de amparar futuros planos de investimentos e, será utilizada para compensar prejuízos, quando houver, aumentar o capital social ou pagamento de dividendos. Do lucro líquido do exercício, 5% se aplicam na constituição da Reserva Legal, que não deve exceder 20% do capital.

12. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração de cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	Semestre findo 30.06.2018		Semestre findo 30.06.2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(60.101)	(60.101)	(76.820)	(76.820)
Adições / (Exclusões) Permanentes e Temporárias	9.617	10.110	78.682	78.675
. Despesas não dedutíveis	61.373	61.153	80.411	79.240
. Provisões Indedutíveis	(96.516)	(96.516)	(6.425)	(6.425)
. Resultado de Filial no exterior	(66.247)	(66.247)	(6.467)	(6.467)
. Participações no lucro	-	-	(1.579)	(1.579)
. Ajuste de TVM e derivativos ao valor de mercado	111.720	111.720	13.906	13.906
. Outras adições / (exclusões)	(713)	-	(1.164)	-
Base de cálculo dos encargos antes da compensação	(50.484)	(49.991)	1.862	1.855
(-) Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL	(2.496)	(2.496)	(923)	(923)
Base de cálculo dos encargos	(52.980)	(52.487)	939	932
Total dos encargos devidos no período	(1.408)	(919)	(502)	(369)
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	14.125	11.374	10	70
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	13.812	12.082	19.558	15.127
(Constituição) Reversão de IRPJ e CSLL Diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	3.282	769	1.414	2.998
IRPJ e CSLL Debitados ao Resultado	29.811	23.306	20.480	17.826

b. Créditos tributários e provisões diferidas

	Saldo em 31.12.2017	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 30.06.2018
Movimentação 1º semestre 2018				
Base negativa de Contribuição Social	9.156	11.663	(289)	20.530
Prejuízo fiscal de Imposto de Renda	15.691	14.701	(577)	29.815
Provisão para devedores duvidosos	39.497	1.688	(27.337)	13.848
Provisão para fianças prestadas	1.574	-	(144)	1.430
Créditos baixados para prejuízo	45.170	27.337	-	72.507
Provisão p/riscos de crédito, mercado e liquidez	39.928	8.498	(27.220)	21.206
Provisão para riscos fiscais	53.994	2.111	-	56.105
Ajuste negativo a valor de mercado	-	40.616	-	40.616
Perdas com operações de swaps	6.178	-	-	6.178
Outros créditos tributários	618	353	(7)	964
SUB-TOTAL Créditos Tributários	211.806	106.967	(55.574)	263.199
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	572	6.811	-	7.383
TOTAL Créditos Tributários	212.378	113.778	(55.574)	270.582
TOTAL Passivos Diferidos (ajuste positivo de vr. de mercado de Títulos, Derivativos e Itens objeto de hedge)	(28.427)	(4.971)	9.082	(24.316)
TOTAL, posição líquida de provisões diferidas	183.951	108.807	(46.492)	246.266

	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 30.06.2017
Movimentação 1º semestre 2017				
SUB-TOTAL Créditos Tributários	144.835	72.181	(37.416)	179.600
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	1.796	2.625	-	4.421
TOTAL Créditos Tributários	146.631	74.806	(37.416)	184.021
TOTAL Passivos Diferidos (ajuste positivo de vr. de mercado de Títulos, Derivativos e Itens objeto de hedge)	(45.336)	(433)	4.844	(40.925)
TOTAL, posição líquida de provisões diferidas	101.295	74.373	(32.572)	143.096

- b.1. O saldo de créditos tributários líquido de obrigações fiscais diferidas totalizou R\$ 246.266 (2017 R\$ 143.096) representando 47,8% (2017 24,9%) do patrimônio líquido final. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 270.582 (2017 R\$ 184.021) representando 52,6% (2017 32,0%) do patrimônio líquido final, sendo registrado no grupo “Outros Créditos – Diversos” (vide nota 9 “b”). A constituição desses créditos tributários está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Administração, após considerar as provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas, estima que a realização desses créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

	Créditos Tributários	Obrigações Diferidas	Posição Líquida	Valor Presente	% Realização	
					Anual	Acumulado
2018	38.083	(3.804)	34.279	32.066	13,9%	13,9%
2019	23.335	-	23.335	21.808	9,5%	23,4%
2020	50.060	(2.181)	47.879	44.332	19,4%	42,8%
2021	20.484	-	20.484	18.967	8,3%	51,2%
2022	90.120	(18.331)	71.789	66.471	29,2%	80,3%
2023	18.142	-	18.142	16.798	7,4%	87,7%
2024	8.820	-	8.820	8.167	3,6%	91,3%
2025	13.319	-	13.319	12.332	5,4%	96,7%
2026	3.790	-	3.790	3.509	1,5%	98,2%
2027	4.429	-	4.429	4.101	1,8%	100,0%
TOTAL	270.582	(24.316)	246.266	228.553		

Em 30.06.2018 inexistiam créditos tributários não ativados e o valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic monta em R\$ 228.553 (2017 R\$ 130.588).

- b.2. As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 24.316 (2017 R\$ 40.925) foram calculadas sobre os ajustes positivos de valor de mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, sendo registrado na rubrica “Fiscais e Previdenciárias” do grupo “Outras Obrigações” (vide nota 9 “c”).

13. Provisões, Passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível.

a. Obrigações Legais: referem-se a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação na esfera judicial, com destaque para:

- a) o recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º da Lei nº 9.718, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições, cuja provisão e depósito judicial correspondente totalizavam R\$ 142.898 (2017 R\$ 148.248) e R\$ 142.967 (2017 R\$ 148.375), respectivamente. Tanto os saldos da obrigação legal como do depósito judicial foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.
- b) cobrança de supostos créditos tributários de IRPJ, IRRF e PIS, cujos valores foram depositados em juízo para obter certidão positiva, com efeitos de negativa, da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional cujos saldos de provisão e correspondente depósito judicial totalizavam R\$ 1.502 (2016 R\$ 1.502).

Essas obrigações legais encontram-se registradas na rubrica “Contingências fiscais” do grupo “Outras Obrigações - Diversas” (nota 9 “e”) e os depósitos judiciais existentes encontram-se registrados na rubrica “Devedores por Depósitos em Garantia” do grupo “Outros Créditos - Diversos” (nota 9 “b”).

b. Passivos Contingentes:

As empresas integrantes do Conglomerado possuem as seguintes principais contingências que foram avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de “perda possível”:

i) previdenciárias R\$ 11.876: processos administrativos relativos a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não remuneratórias;

ii) fiscais R\$ 88.210: representados principalmente por processos administrativos relativos a compensação de bases negativas na apuração da CSLL do ano base 2008 (R\$ 1.284), cobrança de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP (R\$ 41.763); cobrança de PIS e COFINS sobre os lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP (R\$ 38.585) e compensações pleiteadas por PER/DCOMP e não homologadas (R\$ 6.210); e

iii) trabalhistas R\$ 58.792: ações judiciais movidas por ex-empregados que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas, das quais a maioria encontra-se em início de discussão.

c. Movimentação das provisões, passivos contingentes e obrigações legais

	Saldo em 31.12.2017	Complemento (Reversão)	Baixa	Saldo em 30.06.2018	Saldo em 30.06.2017
Obrigações Legais (nota 13 "a")					
. PIS e COFINS	137.542	5.356	-	142.898	148.248
. CSLL	1.502	-	-	1.502	1.502
Passivos Contingentes (nota 13 "b")					
. Trabalhista	-	-	-	-	1.674
TOTAL Movimentação no 1º sem 2018	139.044	5.356	-	144.400	-
TOTAL Movimentação no 1º sem 2017	141.728	9.696	-	-	151.424

14. Transações entre partes relacionadas

a. As transações com partes relacionadas são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais, e estão assim representadas:

		Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
		30.06.2018	30.06.2017	1ºsem/2018	1ºsem/2017
Diferencial de “swap” a receber/ (a pagar)		-	(117)	-	(185)
Haitong Investment Ireland Plc. (Irlanda)	Ligada	-	(117)	-	(185)
Dividendos e JCP a pagar		(9.195)	(9.195)	-	-
Haitong Bank S.A. - Lisboa	Controlador direto	(9.195)	(9.195)	-	-
Pagamentos a efetuar		(60)	(60)	-	(60)
Haitong Securities (UK) Limited	Ligada	(60)	(60)	-	(60)
Corretagem em Operações de Bolsa		-	-	-	41
Haitong Bank S.A. - Lisboa	Controlador direto	-	-	-	41

b. Os honorários pagos aos Administradores, considerados “pessoal-chave”, totalizaram R\$ 2.643 (2017 R\$ 4.485). O Banco e suas controladas não possuem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal - chave da Administração.

15. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

O Haitong Brasil assume claramente que o gerenciamento do risco das suas atividades é um dos seus pilares estratégicos para seu crescimento e desenvolvimento no país e, dessa forma, proteger o capital da instituição e viabilizar a melhor rentabilidade dos seus negócios. Estes objetivos são alcançados através da definição do apetite de risco pelo acionista e suportados por uma estrutura de políticas e procedimentos totalmente aderentes a legislação local, melhores práticas internacionais e integrados com o acionista controlador.

b. Tipos de Risco

- **Risco de Mercado e IRRBB (*Interest Rate Banking Book*):** O risco de mercado, por definição, trata da possibilidade de ocorrência de perdas resultante de flutuações em taxas de juros, preços de ações/commodities, variações cambiais e outros fatores de risco, os quais sensibilizam o valor de mercado de instrumentos detidos pela instituição. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado através de informações diárias à Administração, à Tesouraria e ao controle de riscos na matriz. O monitoramento vale-se dos níveis atuais de exposição perante os limites estabelecidos. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR (*Value at Risk*), análise de sensibilidade (V01) e *Stress Testing*. Complementando a estrutura de acompanhamento de riscos de mercado, é reportada diariamente a exigência de capital, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil. Já o IRRBB é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira bancária. Os riscos da carteira bancária são apurados conforme metodologias estipuladas na Circular nº 3.876, visto que, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, até o momento apenas as instituições dos segmentos S1 e S2 estão elegíveis para avaliar a sua suficiência de patrimônio para cobertura dos riscos do IRRBB.
- **Risco de Crédito:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou tomador de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Toda exposição a risco de crédito é aprovada localmente e referendada pela matriz em comitês globais de crédito. A concessão de limites concedidos passa por um processo de atribuição de *rating* aos clientes dos diferentes segmentos de risco e segue metodologia interna global. Complementando o controle dos riscos de crédito, mensalmente são apuradas informações do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) para avaliação e reporte do risco de crédito ao nível do consumo de capital associado às exposições.
- **Risco de Liquidez:** trata-se de a incapacidade da instituição honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias ou mesmo devido à falta de liquidez para os seus ativos, sem que isso afete suas operações diárias ou mesmo incorra em perdas significativas. O controle do risco de liquidez é feito através do monitoramento diário da liquidez disponível, ou seja, instrumentos considerados como sendo HQLA (*High Quality Liquid Asset*) e que estejam desonerados de qualquer embarço. Além disso, faz-se também o monitoramento mensal dos indicadores de liquidez definidos pelo Comitê de Basiléia, nomeadamente LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) e NSFR (*Net Stable Funding Ratio*). Todas estas métricas são reportadas à Administração, a Tesouraria e ao controle de riscos na matriz, as quais devem estar em conformidade com os limites definidos internamente. Adicionalmente, se utiliza de mecanismos de projeção de fluxos de caixa, adotando-se de premissas quanto ao comportamento das entradas e saídas futuras num período de até 365 dias corridos, conforme rege as boas práticas do controle do risco de liquidez.

- **Risco Operacional:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto efetivas quanto potenciais. As ocorrências de eventos de risco operacional são registradas em sistema próprio (GRO – Gerenciamento do Risco Operacional) pelas respectivas áreas. Os eventos são monitorados e reportados, à Administração local e ao controle de riscos na matriz.
- **Risco de Compliance:** trata-se do risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional ou decorrentes de compromissos assumidos por meio de códigos de autorregulação, padrões técnicos ou códigos de conduta. O risco de Compliance é gerenciado de modo preventivo, através de monitoramentos das atividades, acultramento dos colaboradores, treinamentos sobre legislação e normas internas aplicáveis aos negócios do Banco.
- **Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo:** Risco de, eventualmente, o Banco ser intencionalmente utilizado para a lavagem de dinheiro, através de seus produtos e serviços, com recursos de origem ilícita no Brasil e/ou no exterior, tais como corrupção, tráfico de entorpecentes e evasão de divisas. O risco de financiamento ao terrorismo relaciona-se à possibilidade de utilização do Banco para operações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas em transações que envolvem recursos destinados a atividades terroristas. Tais pessoas podem ou não constar de listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras. Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de ferramentas de controle e monitoramento baseados em práticas internacionais, que abrangem governança corporativa, sistemas informáticos e equipes capacitadas para conduzir os monitoramentos internos. O Banco realiza treinamentos periódicos a todos os seus colaboradores sobre prevenção a lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo, para capacitá-los às suas políticas internas sobre o assunto.
- **Risco Reputacional:** está associado a uma percepção desfavorável do Banco pelos diversos agentes com os quais se relaciona, sejam agentes internos ou externos, e que podem ter um impacto desfavorável no âmbito dos resultados, bem como na dinâmica e evolução das atividades da instituição.
- **Risco Socioambiental:** trata-se da como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições decorrentes de danos socioambientais. O risco socioambiental, inclusive o risco de imagem e reputação, são fatores considerados nas análises de risco de crédito e operacional a que a Instituição está exposta, considerando o relacionamento e atividades pertinentes da instituição. Dessa forma, o gerenciamento adequado do risco socioambiental está atrelado a mitigação dos eventos que podem impactar o risco operacional, risco de crédito, risco reputacional e risco de capital da instituição. A instituição estabelece um questionário de responsabilidade socioambiental como formulário indispensável no cadastro do cliente. Além disso, a aprovação de qualquer tipo de operação é submetida às análises pertinentes, considerando a possível existência de impacto socioambiental na destinação dos recursos. Sempre que houver algum risco socioambiental, os contratos vinculados estabelecerão cláusula específica de vencimento antecipado, a obrigação do devedor manter as licenças ambientais em dia e a de informar a instituição qualquer autuação que tenha sofrido.

c. **Gestão Integrada de Riscos e Capital e Segmentação**

De acordo com as atividades previstas pela “Agenda BC+” e com o alinhamento internacional para as melhores práticas de regulamentação prudencial, foi publicada a Resolução CMN nº 4553, que estabeleceu a segmentação das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar no país para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sem prejuízo da segurança, solidez das instituições financeiras, com maior eficiência e menor custo de observância. Nesse contexto, o **Haitong Brasil** foi classificado no segmento “S3” designado as instituições de porte entre 0,1% e 1% do PIB na data da publicação.

Na sequência, em 23 de fevereiro de 2017, foi publicada a Resolução CMN nº 4557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIR). A Resolução aponta para a necessidade de implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital, requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, “*Risk Appetite Statement*”), estabelecimento de programa de testes de estresses, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação de diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), com definições de atuação, responsabilidades e requisitos de independência.

d. **Governança de Riscos e Capital**

O Conselho de Administração (CA) do Haitong Brasil é o principal órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e capital. Por sua vez, o Departamento de Controle de Riscos, através do CRO, é responsável por subsidiar os membros do CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Ao nível Executivo, assumem papel importante na gestão do risco e do capital, a Diretoria do Banco, o Diretor responsável (CRO - *Chief Risk Officer*), o Comitê de Crédito e Riscos no Brasil e o Comitê Global de Crédito Haitong Bank em Portugal.

O gerenciamento e controle de riscos e capital do Haitong Brasil está estruturado de acordo com responsabilidades suportadas em “Três Linhas de Defesa” que desempenham funções independentes, de forma não comprometer a sua efetividade, bem como atuação distinta entre si, conforme segue:

1. *Primeira Linha de Defesa* é aquela representada pelas áreas de negócios (*Front-Office*), responsável por identificar, mensurar, avaliar, controlar, reportar e mitigar os riscos das suas operações e atividades por elas originadas.
2. *Segunda Linha de Defesa* é uma unidade independente representada pela Diretoria de Controle de Riscos. A responsabilidade dessa segunda linha é assegurar o monitoramento e controle do risco de forma garantir que as atividades do Banco estão aderentes ao nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco. No Haitong Brasil, além do Controle de Risco, a segunda linha também tem o suporte das áreas de Compliance e TI/Segurança.
3. *Terceira Linha de Defesa* é representada pela Auditoria Interna, que, de modo independente, revisa e valida as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento. O suporte da Diretoria e do Conselho de Administração completa a atuação em terceira linha de defesa.

O funcionamento das “Três Linhas de Defesa”, mesmo independentes entre si, deve ocorrer de forma coordenada, com objetivo de maximizar sua eficiência e contribuir para o desenvolvimento do Banco.

Cultura de Risco: O Haitong Brasil tem adotado ações diversas para disseminar a cultura de risco, de forma a fortalecer valores e alinhar suas diretrizes e o apetite de risco da instituição junto aos seus colaboradores. Dessa forma, o Banco torna transversal e eficiente o funcionamento das três linhas de defesa mencionadas anteriormente.

e. Gestão Integrada de Riscos

De forma conceitual, a gestão de riscos é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores os quais devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas em condições de saná-las.

O Haitong Brasil possui uma área responsável pela Gestão Integrada de Riscos, cuja as atribuições são exercidas de forma centralizada e independente, liderada pelo CRO (*Chief Risk Officer*). Esta unidade é responsável pela identificação, monitoramento e reporte dos riscos considerados relevantes pela Administração (riscos materiais), utilizando-se de processos específicos, metodologias internas, limites, políticas e procedimentos de controles estabelecidos em conformidade com o apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, consoante com as diretrizes estabelecidas e autorizadas pelo acionista.

A área de Controle de Risco é responsável pela medição, monitoramento, reporte e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco *vis a vis* aos limites pré-aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorre, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Adicionalmente é responsável pela realização de testes de estresse dos riscos da carteira do Banco. As referidas exposições aos riscos materiais e posições em carteira própria que norteiam os limites de tolerância a risco são definidos e formalizados nos respectivos comitês internos de governança.

Valores atualizados com base no último relatório distribuído – 30/06/2018:

- Risco de Mercado: O VaR do Banco totalizava R\$ 1.666 (Média de R\$ 1.459 em 2018), o que representou 0,47% do Patrimônio de Referência de encerramento do semestre.
- Risco de Liquidez: A liquidez livre/disponível totalizava R\$ 842.650 (Média de R\$ 776.928 em 2018), o que representou 2,35 vezes o PR. O Banco apura os indicadores de liquidez LCR e NSFR para efeitos de consolidação com a matriz e para sua gestão interna, embora não haja requerimento local pelo regulador para o Haitong Brasil. Na data, o LCR encontrava-se em 449,3% e o NSFR em 114,5%, ambos superiores aos limites estabelecidos pelos reguladores local e global.
- Razão de Alavancagem: Na data de fechamento esse índice reportado foi de 5,34%.
- Risco de Crédito: As operações de crédito e fianças totalizavam R\$ 604.132 correspondente a 10,3% do Ativo Total, sendo distribuídas pelos seguintes principais setores: Energia Elétrica (37,7%); Telecomunicações (15,5%); Água e Saneamento (11,9%); Intra-estrutura de Transporte (9,2%) e Agroalimentar (9,1%). Desta carteira, 74,7% das operações estavam cobertas por garantias cedidas pelos clientes, representadas principalmente por: Avais, Fianças e SBLCs (46,9%); Ações Corporativas (32,6%); Equipamentos (5,8%); Grãos (5,3%); Imóveis (4,0%) e o restante distribuído entre Conta Reserva e Vinculação de Receitas (5,4%).

f. Gerenciamento de Capital:

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital do Banco, avaliação da necessidade de capital face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Como responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil foi designado o Diretor responsável de Riscos (CRO – *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos integrados relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Mínimo Capital exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a de fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e de Controle de Gestão. Além disso, conforme prevê legislação vigente, possui Plano de Contingência que possibilita a capitalização adequada em caso de condições de estresse, exigindo assim, acionar os estágios necessários e mais adequados, para a aplicação do Plano de Contingência estabelecido e aprovado pela alta Administração.

16. Outras informações

- a. O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apura seus limites operacionais de forma consolidada, dentro dos parâmetros definidos por Basiléia III, requerimentos que impuseram maior e melhor qualidade no nível de capital das instituições, além das medidas de caráter prudencial, o que tornou o sistema financeiro mais sólido as crises que venham ocorrer. A seguir, demonstramos a relação entre os patrimônios líquidos de referência e exigido e os riscos médios ponderados (RWA):

	Conglomerado Prudencial
. Capital Principal	358.166
. Patrimônio de Referência - Total	358.166
. RWA - risco de crédito	91.347
. RWA - risco de mercado	60.601
. RWA - risco operacional	19.165
. Patrimônio de Referência exigido	171.113
. Excesso de PR (TIER I + TIER II)	187.053
. % Índice em 30.06.2018 - de Basiléia	18,1%
. % Índice em 30.06.2017 - de Basiléia	18,5%
. Adicional de Capital Principal - Segmento "S3"	37.198
. Excesso de PR (TIER I + TIER II) + ACP	149.855
. % Índice em 30.06.2018 - de Basiléia	17,7%
. % Índice em 30.06.2017 - de Basiléia	18,2%

- b. Receitas de prestação de serviços

	1º sem. 2018	1º sem. 2017
Comissões de colocação e distribuição de títulos	4	31
Corretagens de operações em Bolsas	-	95
Garantias prestadas	3.642	3.855
Assessoria técnica especializada	11.825	3.972
Outras receitas	6	25
TOTAL	15.477	7.978

c. Despesas de Pessoal

	<u>1º sem. 2018</u>	<u>1º sem. 2017</u>
Administradores	2.643	4.485
Pessoal - Proventos	13.424	21.502
Encargos sociais	5.760	9.320
Benefícios	2.531	3.484
Treinamento	1	3
TOTAL	<u>24.359</u>	<u>38.794</u>

d. Outras despesas administrativas

	<u>1º sem. 2018</u>	<u>1º sem. 2017</u>
Aluguel, água e energia	1.759	3.990
Comunicações	1.721	2.867
Manutenção e conservação de bens	277	319
Processamento de dados	1.930	2.169
Promoções, relações públicas, propaganda, publicações	155	245
Taxas de administração de fundos	55	81
Serviços do sistema financeiro	1.826	1.894
Serviços de terceiros	314	230
Serviços técnicos especializados	1.546	1.920
Transportes	128	181
Viagens	294	423
Amortização e depreciação	1.893	2.027
Outras administrativas	776	1.162
TOTAL	<u>12.674</u>	<u>17.508</u>

e. Despesas tributárias

	<u>1º sem. 2018</u>	<u>1º sem. 2017</u>
Imposto sobre serviços (ISS)	774	383
COFINS	2.675	2.439
PIS	435	396
Outros tributos federais, estaduais e municipais	1.551	420
TOTAL	<u>5.435</u>	<u>3.638</u>

f. Outras receitas operacionais

	<u>1º sem. 2018</u>	<u>1º sem. 2017</u>
Variação cambial de investimentos em dependência no exterior	57.794	4.774
Receitas financeiras	67	130
Renda de créditos por avais e fianças honrados	-	602
Reversão de provisão de garantias financeiras prestadas	319	1.002
Outras receitas	75	195
TOTAL	<u>58.255</u>	<u>6.703</u>

g. Outras despesas operacionais

	<u>1º sem. 2018</u>	<u>1º sem. 2017</u>
Varição cambial de disponibilidades em moedas estrangeiras	5.907	-
Complemento de provisão para riscos de crédito e contraparte	2.475	341
Outras despesas	212	330
TOTAL	<u>8.594</u>	<u>671</u>

* * * * *